



## REGULAMENTAÇÃO

Ministério da Fazenda publica portaria com normas para apostas on-line, que entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2025. Plataformas terão de ser certificadas, e será vedado oferecer modalidades em estabelecimentos físicos

# Regras para Jogo do Tigrinho e outros games

» FERNANDA STRICKLAND

Depois de muita discussão, a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda publicou, ontem, no *Diário Oficial da União (DOU)*, uma portaria que estabelece normas para o funcionamento de jogos de apostas on-line no Brasil. O texto regula não apenas o famoso “Jogo do Tigrinho”, como também suas variações, como “Jogo do Foguetinho”, “Jogo do Aviãozinho”, “Roda da Fortuna”, entre outros que ficaram populares nos últimos anos.

A regulamentação do mercado entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, estabelecendo um conjunto de regras para as plataformas que desejarem operar **legalmente no Brasil**.

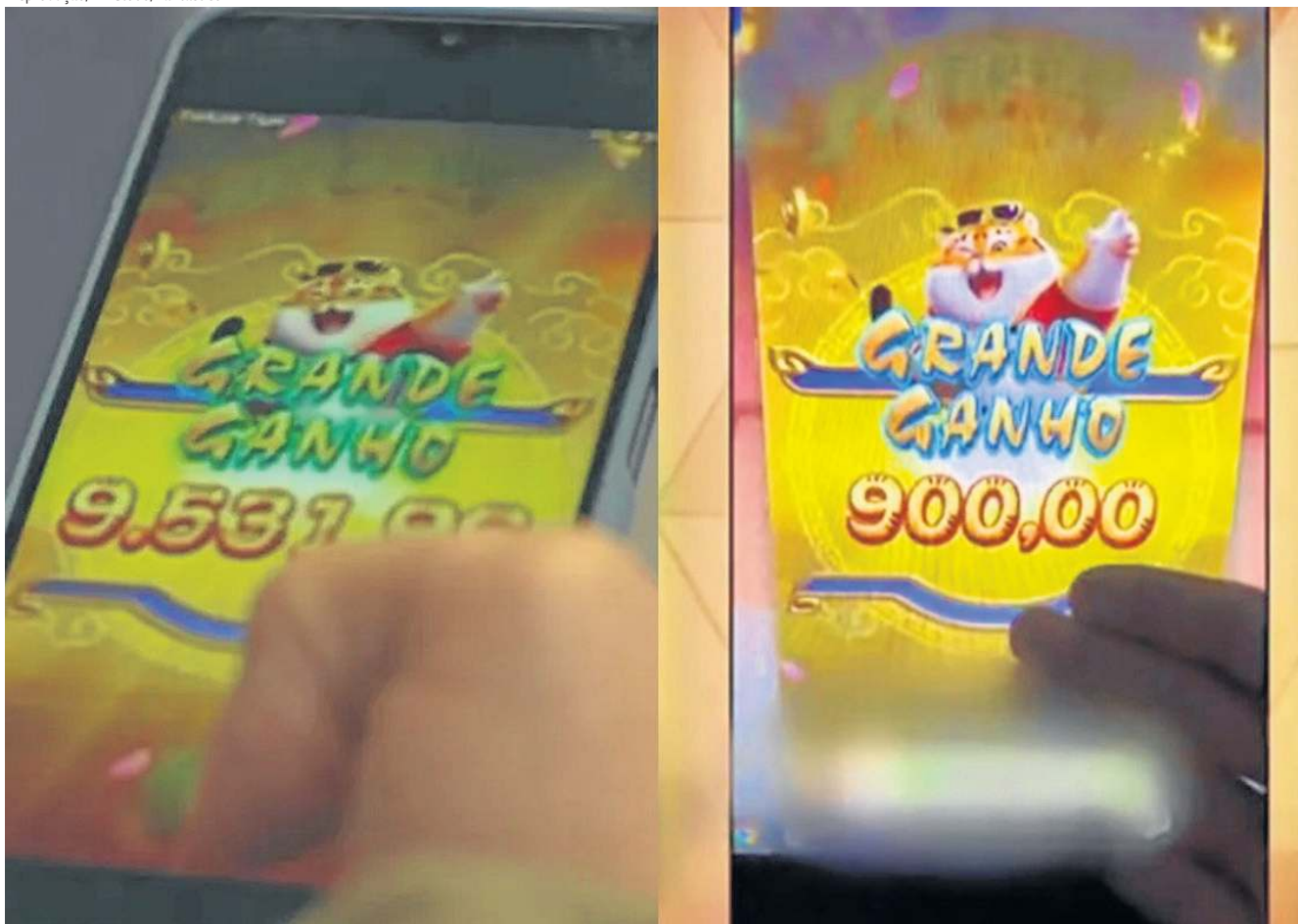
A portaria definiu regras sobre “os requisitos técnicos dos jogos on-line e dos estúdios de jogos ao vivo a serem observados por agentes operadores de loteria de apostas de quota fixa”. Além de apontar o que exatamente entra na categoria de “jogos on-line de apostas de quota fixa”, determina seu funcionamento e a forma como as informações devem ser apresentadas aos jogadores, buscando inibir abuso por parte das desenvolvedoras.

A portaria visa também coibir a criação de cassinos, ressaltando que “os agentes operadores de apostas não podem ofertar apostas em jogos on-line em estabelecimentos físicos, por meio de equipamentos ou outros dispositivos”. Também foram definidos parâmetros para a “interface do apostador” — definida como “um aplicativo ou programa pelo qual o usuário visualiza e interage com o software do jogo, incluindo telas touchscreen, teclado, mouse ou outras formas de interação com o dispositivo”.

Como toda loteria no Brasil, uma parte da arrecadação deve ter função social. Na modalidade lotérica de aposta de quota fixa, a legislação define como beneficiárias as áreas de saúde, educação, esporte, seguridade social, desenvolvimento industrial, turismo e segurança pública.

Há regras específicas para orientar as empresas sobre como recolher para os cofres da União os valores. Nesse primeiro momento, foram especificados

Reprodução/TV Globo/Fantástico



Jogo do Tigrinho: portaria estabelece conjunto de regras para as plataformas que desejarem operar legalmente no Brasil

### Proteção

Segundo o Ministério da Fazenda, as normas visam “proteger os apostadores por meio de regras que garantam a honestidade e a transparência aos jogos”. A pasta afirma que as regras se baseiam “em diretrizes internacionais relacionadas aos temas de segurança e confiabilidade da operação” e são usadas nos principais mercados desses jogos.

os códigos de recolhimento para os valores a serem repassados ao Tesouro Nacional, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARf).

De acordo com a nova norma, o

agente operador de apostas que não repassar as receitas previstas à destinação social ficará sujeito à responsabilização cível, administrativa e criminal. Deverá manter os comprovantes de repasses ao Tesouro e aos beneficiários legais à disposição da SPA pelo prazo de cinco anos.

No caso dos prêmios prescritos, em que o apostador perde o direito de receber a premiação ou de solicitar reembolso, os valores serão recolhidos para a Conta Única do Tesouro. Os operadores terão que fazer relatórios mensais de prestação de contas, que serão fiscalizados pela SPA.

Nos últimos meses, houve um crescimento enorme de influenciadores promovendo massivamente alguns desses jogos na internet, como o do Tigrinho. Sob a promessa de dinheiro fácil, a

plataforma ficou em evidência e entrou na mira de investigações policiais, após alguns usuários relatarem terem levado golpe, devido à suspeita de um esquema de pirâmide financeira. Tornaram-se cada vez mais comuns os relatos de jogadores que acabaram no fundo do poço, acumulando dívidas e tendo a vida destruída pela dependência em jogos de azar.

### Repercussão

A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) acredita que o principal ponto da normativa é o esclarecimento sobre as regras que terão que ser cumpridas pelos operadores que ofertam esse tipo de jogo. Segundo a portaria, todos as modalidades on-line deverão

### Saiba mais

#### Veja as principais regras

- » Os jogos on-line a serem disponibilizados aos apostadores devem apresentar, no momento da aposta, fator de multiplicação para cada unidade de moeda nacional apostada, que defina o montante a ser recebido pelo apostador em caso de premiação.
- » O resultado do jogo on-line deve ser determinado por desfecho de evento futuro aleatório, a partir de um gerador randômico de números, de símbolos, de figuras ou de objetos definido no seu sistema de regras.
- » As tabelas de pagamento, abrangendo todas as possibilidades de ganho do apostador, devem ser disponibilizadas ao apostador antes da realização das apostas no respectivo jogo on-line.
- » Os jogos on-line a serem disponibilizados aos apostadores e os estúdios de jogo ao vivo utilizados pelos agentes operadores de apostas devem ser certificados por entidade certificadora cuja capacidade operacional tenha sido reconhecida pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

informar ao apostador o fator de multiplicação que definirá o valor do prêmio a ser recebido em caso de acerto. Além disso, antes mesmo da realização das apostas, deverão estar disponíveis, nos sites, as tabelas de pagamento, seguindo um modelo definido pela SPA.

“Essa era uma das portarias mais aguardadas pelo setor, em função de discussões equivocadas que vinham ocorrendo, em diversos setores da opinião pública, sobre a legalidade desse tipo de jogo”, afirmou Plínio Lemos Jorge, presidente da ANJL. “Com o detalhamento das regras a serem cumpridas, não haverá mais dúvidas quanto à integridade de jogos como os slots games, como o Jogo do Tigrinho; crash games, como o do Aviãozinho, entre outros.” (Colaborou Rafaela Gonçalves)

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

# O mundo se tornou mais perigoso para Lula

“Quero dizer que o Brasil está de volta. Para cooperar outra vez com os países mais pobres, sobretudo da África, com investimentos e transferência de tecnologia. Para estreitar novamente relações com nossos irmãos latino-americanos e caribenhos, e construir junto com eles um futuro melhor para nossos povos” — discursou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recém-eleito, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 27, realizada em Sharm el-Sheikh, no Egito, em novembro de 2022.

Antes de tomar posse, sua expectativa era de que voltaria a ser um player da diplomacia mundial, em contraste absoluto com o ex-presidente Jair Bolsonaro, que havia acabado de derrotar nas eleições daquele ano e que transformara o Brasil num “pária mundial”. Ao lado de sua futura ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, Lula nadou como um campeão olímpico na raia ambiental, com a promessa de conter imediatamente a devastação da Amazônia. “Voltamos para ajudar a construir uma ordem mundial pacífica,

assentada no diálogo, no multilateralismo e na multipolaridade”, destacou. Desde então, porém, o mundo se tornou muito mais perigoso, e a política externa brasileira passou a desnudar contradições que atingem a liderança de Lula no plano internacional e, também, ampliam suas dificuldades políticas internas.

Por exemplo, no mesmo momento em que a crise venezuelana se agudizava, Lula classificou como “normal” a situação do país vizinho, ao mesmo tempo em que as imagens da violência repressão aos protestos da oposição contra a fraude eleitoral, que manteve o presidente Nicolás Maduro no poder, eram transmitidas por todos os meios de comunicação. Desinformação ou cinismo? Sua entrevista deu margem às duas interpretações.

Sim, o mundo ficou mesmo mais perigoso. Ontem, o Itamaraty emitiu nota oficial na qual “condena veementemente” o assassinato do chefe político do Hamas, Ismail Haniyeh. O líder do grupo terrorista foi morto durante um atentado aéreo ocorrido nas primeiras

horas da manhã, em Teerã, depois de participar da posse do novo presidente daquele país, Masoud Pezeshkian. Durante a cerimônia de posse, esteve quase ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin, que representou o governo brasileiro. O Irã acusa Israel de ter lançado um foguete no quarto onde o líder palestino dormia.

O ataque cirúrgico a um hóspede oficial da posse do presidente do Irã aumentou a tensão no Oriente Médio, onde a tentativa de Lula no sentido de ter algum protagonismo nas negociações para acabar com a guerra de Gaza se tornou um conflito aberto com Israel. Netanyahu aposta na escalada do conflito para se manter no poder, não tem a menor intenção de dialogar.

Já há muita polêmica sobre a política externa brasileira. A narrativa errática de Lula em improvisos, emoldurada pelo chamado Sul Global, trouxe para o centro do debate um vetusto viés terceiro-mundista, que subordina a questão democrática à velha doutrina anti-imperialista da esquerda latino-americana.

### Pragmatismo

Desde o “pragmatismo responsável” do falecido chanceler Saraiva Guerreiro, que comandou o Itamaraty de 1979 a 1985, o Brasil tem uma política externa independente e pragmática, que não comporta alinhamentos automáticos. O chanceler do governo do general João Batista Figueiredo está para o panteão da Casa de Rio Branco, como Oswaldo Aranha, San Tiago Dantas e Azeredo da Silveira.

Guerreiro deixou como legados o acordo da hidrelétrica de Itaipu, que encerrou o litígio entre o Brasil e o Paraguai com a Argentina, e o acordo nuclear Brasil-Alemanha Ocidental, assinado em 1975, no governo Geisel, apesar das pressões e da oposição dos Estados Unidos.

Aquela época, a política externa era muito criticada internamente, devido ao posicionamento do Itamaraty em relação à África, ao Oriente Médio e aos vizinhos latinos, mas havia um regime autoritário indiferente a pressões da oposição. A política externa de Lula está em linha com essa tradição.

Entretanto, a realidade mundial mudou. O esforço para posicionar o Brasil como líder do Sul Global no Ocidente, já que o protagonismo euroasiático da aliança China-Rússia-Irã é inegável, suscita muitos questionamentos e não tem respaldo nos demais países do Cone Sul. No momento, quem protagoniza esse eixo no subcontinente é a Venezuela de Nicolás Maduro. Não é uma boa companhia.

Do ponto de vista do comércio exterior, nosso principal parceiro comercial é a China, mas os Estados Unidos e a Argentina ainda são os principais mercados de nossa indústria. Uma política externa tendo por centralidade os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), agora ampliado, com a adesão de Arábia Saudita, Argentina, Emirados Árabes, Egito e Etiópia, como defende o assessor especial da Presidência Celso Amorim, desloca o nosso eixo de gravidade do campo da democracia representativa do Ocidente para os regimes autoritários do Oriente, de características “liberais”, teológicas ou absolutistas, como o que se instalou na Venezuela.